ELEIÇÕES

Covid freia pré-campanha

Lula testa positivo para a doença, está assintomático e cancela compromissos nesta semana. A mulher dele, Janja, tem sintomas leves. Ex-presidente critica Bolsonaro por políticas ambientais

» VICTOR CORREIA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a mulher, Rosângela Silva, a Janja, testaram positivo para covid-19, ontem. Segundo a equipe do petista, ambos passam bem. O ex-chefe do Executivo está assintomático, e Janja, com sintomas leves. "Ficarão em isolamento e acompanhamento médico nos próximos dias", escreveu a assessoria do pré-candidato.

O resultado impõe uma pausa nos eventos programados para a agenda de Lula. Segundo a equipe dele, as participações previstas para o início desta semana estão canceladas. Hoje, ele participaria de um encontro em São Paulo para lançar a iniciativa "Quilombo nos parlamentos", que visa impulsionar pré-candidaturas de pessoas ligadas à causa negra para as eleições de 2022.

Amanhã, o ex-presidente tinha presença marcada em um evento com representantes do setor energético para discutir a privatização da Eletrobras.

Outra participação de Lula que deve ser cancelada é no lançamento da pré-candidatura do ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD) ao governo de Minas Gerais, na sexta-feira.

Também ontem, Lula criticou o presidente Jair Bolsonaro, numa menção aos 50 anos do Dia Mundial do Meio Ambiente. "Não há o que comemorar no Brasil de Bolsonaro. Para o atual governo, a prioridade é tornar o país competitivo para o setor de agrotóxicos, mesmo que isso custe vidas de brasileiros", escreveu.

Horas antes, ele também postou: "O ódio queima. O amor preserva. Com o atual governo, a destruição da Amazônia aumentou 57%. Nos nossos governos, com muito trabalho e respeito, conseguimos reduzir o desmatamento em 87%. Vamos juntos reconstruir o Brasil".

Ricardo Stuckert



Lula na cerimônia de casamento com Janja: ele publicou nas redes sociais a prescrição médica para isolamento domiciliar

> **O ódio queima. O amor preserva. Com o atual governo, a destruição da Amazônia aumentou 57%"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva (PT),*** *presidenciável*

Sobrevida para cinco siglas

Estreantes na cena política, as federações partidárias vão servir para salvar legendas ameaçadas de extinção pela cláusula de barreira. Para a disputa eleitoral de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) homologou três dessas uniões, que precisam durar no mínimo quatro anos.

A primeira é formada por PT, PCdoB e PV, e a segunda uniu PSol e Rede, partidos que apoiam a pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A terceira federação é resultado da junção do PSDB com o Cidadania, que podem fechar aliança com a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Aprovado no ano passado pelo Congresso Nacional e com prazo de registro encerrado na terça-feira passada, o novo instrumento dá fôlego aos pequenos partidos para vencer a cláusula de barreira, instituída na reforma política de 2017 com o objetivo de definir critérios para o acesso aos fundos partidário e eleitoral e ao tempo de propaganda.

Sem dinheiro dos fundos, as legendas têm o funcionamento comprometido, ficam sem direito à propaganda e correm risco de extinção. Neste ano, a exigência é que os partidos elejam ao menos 11 deputados federais distribuídos em nove unidades da Federação. Seria um resultado difícil para bancadas de cinco siglas: PSol, Rede, Cidadania, PCdoB e PV, se não tivessem formado alianças.

"Partidos que se aliam nacionalmente terão os votos computados em conjunto para fins de cumprimento da cláusula de desempenho", afirmou o analista político Bruno Carazza, professor da Fundação Dom Cabral.

DINHEIRO PÚBLICO

Anitta diz que já negou ofertas de desvio de verba para shows

A cantora Anitta afirmou que recebeu propostas de desvio de verbas para shows pagos por prefeituras. A declaração foi feita ao *Fantástico*, da TV Globo, exibido ontem. "Eu já recebi propostas, eu e meu irmão. 'Você cobra tanto, aí eu vou e pego um pedaço.' Eu falei não", disse na entrevista, concedida no Museu Madame Tussauds, em Nova York (EUA). O irmão, Renan Machado, é empresário da cantora.

Um comentário sobre Anitta foi o pontapé inicial dos pedidos por uma CPI do Sertanejo, que investigaria o desvio de verbas públicas para pagamento de shows.

O cantor Zé Neto, da dupla com Cristiano, disse em Sorriso (MT), em 12 de maio: "Nós somos artistas que não dependemos da Lei Rouanet. O nosso cachê quem paga é o povo. A gente não precisa fazer tatuagem no toba para mostrar se a gente está bem ou não". A referência do cantor foi a uma tatuagem íntima feita por Anitta.

A declaração fez com que usuários nas redes sociais começassem a apontar que, embora não usem da lei, os cantores de sertanejo costumam fazer apresentações pagas com verba municipal, que também é dinheiro público. A prática, comum entre artistas de todos os espectros políticos, a priori, não é ilegal.

Nas redes, usuários mostraram que Zé Neto recebeu R$ 400 mil da prefeitura de Sorriso pelo show realizado na 33ª Exporriso, o mesmo em que fez a declaração sobre Anitta.

Desde então, uma série de investigações sobre os cachês de prefeituras a artistas do mundo sertanejo foram iniciadas. Na semana passada, foi revelada que a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro (MG) pagaria ao cantor Gusttavo Lima um cachê de R$ 1,2 milhão. O Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) instaurou procedimento para apurar o pagamento de R$ 2,3 milhões pela prefeitura de Conceição do Mato Dentro aos cantores que se apresentariam no mesmo evento na cidade em junho. Após polêmicas, o evento foi cancelado.

Como revelou o *Estadão*, Gusttavo Lima também usufruiria de uma fatia do R$ 1,9 milhão destinado pelo deputado André Janones (Avante-MG), que é pré-candidato à Presidência, para bancar uma festa com estrelas da música sertaneja em Ituiutaba (MG), sua cidade natal.

Reprodução/Instagram



Anitta: "Eu já recebi propostas, eu e meu irmão. Falei não"

CONGRESSO

Parecer de PL do ICMS deve sair amanhã

Relator da proposta que impõe um teto para a alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) incidente na energia e nos combustíveis, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) disse que trabalha para concluir, até amanhã, o relatório a respeito do projeto. Hoje, o parlamentar deve se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar do tema.

"Amanhã (hoje), terei encontro com o presidente Rodrigo Pacheco e depois com o ministro da Economia Paulo Guedes. Estou trabalhando para concluir o relatório até terça-feira", disse. Na semana passada, o senador sinalizou que pretende avançar no entendimento para que o relatório seja apreciado antes de 14 de junho.

O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados estabelece um teto de 17% para a cobrança do ICMS, imposto estadual, sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, transporte coletivo e gás natural. O texto classifica os segmentos como "bem e serviços essenciais e indispensáveis".

Na última quinta-feira, o relator discutiu com representantes dos secretários estaduais de Fazenda as propostas encaminhadas ao Senado. Dessas, de acordo com ele, foi possível avançar em pelo menos quatro, que estão mais alinhadas com o texto aprovado pelos deputados. Entre os pontos analisados está a possibilidade de tirar qualquer tipo de compensação para os estados que perderem arrecadação.

"Conversações"

O senador indicou que sentiu disposição por parte dos secretários em negociar o tema e que tinha informações para poder iniciar a rodada de "conversações" com a equipe econômica e com Paulo Guedes.

A matéria faz parte de uma ofensiva do Congresso Nacional para tentar, a menos de quatro meses das eleições, reduzir os preços dos combustíveis e da energia elétrica para os consumidores.

A pauta deve prosseguir nos próximos dias. A expectativa é de que os deputados avancem na análise de um projeto de lei, já aprovado pelo Senado, que prevê a devolução integral de créditos tributários cobrados indevidamente aos consumidores por meio de abates nos reajustes das tarifas de energia.

